



Índice

- 01** [Mais um índio é baleado em fazenda do Mato Grosso do Sul](#)
- 02** [Índios terenas se pintam para guerra e prometem resistir à Força Nacional](#)
- 03** [Fazendeiros e índios entram em guerra no MS](#)
- 04** [Fazendeiros perdem também no TRF e índios podem ficar em fazenda Buriti](#)
- 05** [FHC diz que governo também é responsável por tensão com índios em MS](#)
- 06** [Índio terena ferido por tiro corre risco de ficar paraplégico](#)
- 07** [Cardozo prega pacto entre índios e fazendeiros](#)
- 08** [Governo Dilma é cobrado novamente por não receber indígenas](#)
- 09** ['A demarcação de terras indígenas é um processo longo', diz antropólogo](#)
- 10** [Com medo de protesto indígena, porta do Incra é fechada](#)
- 11** [FETEMS visita área de conflito indígena em Aquidauana](#)
- 12** [Agência da ONU divulga nota em solidariedade a indígenas após morte de Terena e pede punição](#)



Mais um índio é baleado em fazenda do Mato Grosso do Sul

SÍTIO G1, 05.06.2013

Segundo a Funai, um índio foi baleado na Fazenda São Sebastião, que fica próxima à Fazenda Buriti.

A tensão com os índios volta a aumentar em Mato Grosso do Sul . Segundo a Funai, um índio foi baleado na Fazenda São Sebastião, e homens da Força Nacional de Segurança foram deslocados para a região de Sidrolândia a pedido do Governo do Estado.

Nesta quarta-feira (5), termina o prazo dado pela Justiça Federal para que a Funai retire os índios Terenas da Fazenda Buriti. A situação é de muita tensão em Sidrolândia . Ao todo, 110 homens da Força Nacional de Segurança devem chegar ao estado, e o efetivo da Polícia Federal também será reforçado.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, deve chegar à Campo Grande na manhã desta quarta (5). Ele vai dar uma entrevista coletiva junto com o governador André Puccinelli e depois segue para Sidrolândia. Nesta terça (4), mais um índio foi baleado na região, desta vez na Fazenda São Sebastião, próximo à Fazenda Buriti.

Joziel Gabriel Alves, de 34 anos, foi atingido em um conflito com funcionários da propriedade. Ele foi transferido para um hospital, em Campo Grande. Nenhum boletim sobre a saúde dele foi divulgado até o momento. A Advocacia Geral da União pediu um prazo maior à Justiça para tentar negociar uma saída pacífica dos índios.

Índios terenas se pintam para guerra e prometem resistir à Força Nacional SÍTIO MIDIAMAX, 05.06.2013

Indígenas da região de Sidrolândia estão, neste momento, se deslocando para Campo Grande para encontrar com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para informar que não aceitam a intervenção da Força Nacional. Cerca de 110 militares começaram a chegar ao Estado para conter novos conflitos pela terra.

Pintados com carvão, usando cocares, 25 lideranças indígenas que estão a caminho da Capital afirmam que estão prontos para a guerra.

“Vai ter morte novamente, pode vir quem for, já tem índio morto e agora estamos revoltados”, disse um indígena, que não quis se identificar por temer represálias de fazendeiros.

Segundo as lideranças, os indígenas são perseguidos antes mesmo da criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), quando tinham tutela do Serviço de Proteção ao Índio, durante o antigo regime militar. “Desde aquela época somos perseguidos e enganados”, afirmou o mesmo indígena.

Ao amanhecer, as lideranças se reuniram para decidir a vinda para a capital, mas barraram a entrada da imprensa que está no local. A reportagem observou que alguns estavam armados com facões e outras armas brancas.

A situação é crítica desde quinta-feira, quando houve confronto entre os índios e policiais federais e militares. No confronto, o indígena Oziel Gabriel, 32 anos, morreu e outros três foram baleados. Outros 30 ficaram feridos e 15 foram presos.



Nesta terça-feira, em outro confronto entre índios e fazendeiros, deixou outro índio, Joziel Gabriel Alves, de 34 anos, baleado por arma de fogo. Outros dois índios estão desaparecidos.

Fazendeiros e índios entram em guerra no MS

SÍTIO O PROGRESSO, 05.06.2013

Outro índio foi baleado ontem, durante nova invasão em Sidrolândia; André Puccinelli pediu auxílio de tropas federais para conter a violência



Índios terenas continuam marchando para ocupar todas as fazendas que compõem os 17 mil hectares que eles querem, em Sidrolândia (Foto : Suki Ozaki/cpt)

Depois de cinco dias de tensão, fazendeiros e índios entraram em confronto, na tarde de ontem, durante a invasão da Fazenda São Sebastião, uma das fazendas que estão nas 17 mil hectares reivindicadas pelos terenas. Houve troca de tiros e um índio, identificado como Joziel Alves, foi baleado e está no Hospital Municipal da cidade. Outro terena está desaparecido. A Fundação Nacional do Índio (Funai) confirmou que pelo menos um índio foi ferido à bala.

Segundo informações preliminares divulgadas pelo Midiamax, Joziel teria sido alvejado pelo capataz da fazenda São Sebastião na tarde de ontem. Outros indígenas também teriam sido baleados, mas a informação não foi confirmada por fontes oficiais.

Proprietários rurais de Sidrolândia garantem que o clima de tensão na região "extrapolou", e teve início um verdadeiro conflito armado entre donos de propriedades e indígenas. De acordo com os fazendeiros, o conflito ocorreu após três novas invasões de propriedades, que teriam ocorrido na tarde de hoje, após uma assembleia geral dos líderes terenas. Houve troca de tiros entre indígenas e fazendeiros durante a tarde, e os proprietários rurais prometem uma "retaguarda" na Fazenda Furnas, segundo eles, a única da região que ainda não foi invadida.

CONT.



O novo confronto ocorreu cinco dias após o confronto entre índios e policiais durante a desocupação da Fazenda Buriti. Naquele, o índio Oziel Gabriel, de 32 anos, morreu após ser baleado. Outros três índios foram baleados e um segue internado na Santa Casa de Campo Grande.

O agravamento ocorre dois dias antes dos índios terenas serem recebidos em Brasília pela presidente Dilma Rousseff. O encontro foi confirmado ontem pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ao administrador da Funai em Campo Grande, Marco Aurélio Tosta.

Os líderes terenas pretendiam manter o clima pacífico, mas adiantaram que não poderiam segurar os guerreiros da tribo. Os índios reivindicam a ampliação da reserva Buriti de 2 mil para 17,2 mil hectares.

Tropas federais

Após novo confronto entre índios e produtores rurais em Sidrolândia, o governador André Puccinelli (PMDB) pediu, ontem, a intervenção da Força Nacional em Mato Grosso do Sul. A medida foi confirmada pelo secretário estadual de Justiça e Segurança Pública, Wantuir Jacini.

O pedido das tropas federais já havia sido solicitado, pelos deputados e senadores, em reunião com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Ele antecipou que o pedido seria atendido, mas a solicitação deveria ser feita pelo governador. Ontem André Puccinelli assinou o requerimento. O secretário de Justiça aguarda o retorno do pedido de Brasília.



Fazendeiros perdem também no TRF e índios podem ficar em fazenda Buriti

SÍTIO REGIÃO NEWS, 05.06.2013

Agora, só cabe ao ex-deputado Ricardo Bacha aguardar o julgamento da ação de reintegração de posse. Não há mais como solicitar nova liminar.

O Tribunal Regional Federal derrubou liminar que determinava reintegração de posse na fazenda Buriti. A desocupação já havia sido suspensa ontem à noite, mas agora cai definitivamente.

Dessa forma, os índios da etnia terena poderão permanecer na área invadida em Sidrolândia, do ex-deputado Ricardo Bacha, até que o mérito da ação que pede a desocupação seja julgado.

Ontem, o juiz da 1ª Vara Federal em Campo Grande, Jânio Roberto dos Santos, já havia determinado a suspensão da ordem de reintegração, até que o TRF julgasse o recurso da Funai, o que ocorreu no período da tarde.

Para justificar a necessidade de queda da ordem para retirada dos índios, a Funai alegou "inevitável confronto entre indígenas e polícia federal, ou acirramento do conflito latente entre indígenas e fazendeiros, de consequências imprevisíveis".

Na decisão do Tribunal Federal contrária aos fazendeiros, o desembargador José Lunardelli, argumenta que o não acolhimento do recurso em favor dos índios "acaba por prestigiar o direito à propriedade em detrimento de princípios mais importantes, como a proteção ao direito à vida, à saúde e à segurança".

Agora, só cabe ao ex-deputado Ricardo Bacha aguardar o julgamento da ação de reintegração de posse. Não há mais como solicitar nova liminar.



FHC diz que governo também é responsável por tensão com índios em MS

SÍTIO HOJE EM DIA, 05.06.2013

SÃO PAULO - O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse nesta quarta-feira (5) que o governo federal também é responsável pela tensão entre fazendeiros e indígenas em Sidrolândia (MS). Um índio foi morto na semana passada em conflito com policiais federais e militares durante tentativa de desocupação da fazenda Buriti, que está em processo intermediário de demarcação como terra indígena. Na terça-feira, outro integrante da etnia terena foi baleado na fazenda São Sebastião, também invadida.

Em entrevista após um seminário com o governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia (PSDB), promovido pelo instituto que leva seu nome, FHC afirmou que a responsabilidade pelos incidentes "é de todos os brasileiros". "Obviamente a relação se extremou e isso é responsabilidade do governo. Dos governos. Porque não pode deixar chegar a esse ponto, matar gente. Às vezes acontece", disse o ex-presidente.

Ele lembrou do massacre de sem-terra em Eldorado dos Carajás, em 1996, no Pará, durante seu governo. Na ocasião, 19 trabalhadores foram mortos por policiais militares. "Não houve lá aquela matança no meu tempo?", perguntou FHC. "Só que foi o governo do Pará, local, mas eu paguei um preço alto e não tinha nada a ver com o assunto".

O ex-presidente afirmou que o mesmo ônus recairá sobre o governo federal pela morte do índio terena Oziel Gabriel, na quinta passada. "É a mesma coisa agora: mataram. Não pode. Acho que é um descontrole, e isso vem de longe. Tem que regularizar mais depressa essas terras indígenas e tem que ter bom senso na regularização", disse FHC, para quem o governo demorou a intervir.

Ele evitou responsabilizar unicamente a administração federal, mas afirmou que houve "insensibilidade" do poder público. "[Foi uma] falha de muitos setores, é difícil dizer: pressão dos proprietários, pressão dos indígenas, insensibilidade do governo local, insensibilidade do governo federal, é tudo junto", concluiu.

Índio terena ferido por tiro corre risco de ficar paraplégico

SÍTIO REDE TV, 05.06.2013



Joziel passou por tomografia e outros exames (Foto: Reprodução/ RedeTV!)

indígena é estável e que ele está consciente e orientado. Joziel passou por tomografia e outros exames, e será acompanhado por um neurologista.

O índio terena Joziel Gabriel, 34 anos, corre o risco de ficar paraplégico. Na tarde de terça-feira, 4, ele foi atingido com um tiro que entrou pelo ombro e parou na altura da sétima vértebra cervical. A equipe médica que o acompanha não pretende realizar cirurgia para retirada do projétil devido risco de maior dano à coluna.

O diretor clínico da Santa Casa, Luís Alberto Kanamura informou que o estado de saúde do

Testemunhas contaram que um homem em uma caminhonete atirou contra os indígenas acampados na Fazenda São Sebastião, uma das quatro ocupadas na região. Joziel foi atingido e devido a gravidade do ferimento, foi encaminhado para Santa Casa de Campo Grande. A polícia ainda não tem pista do suspeito.



Cardozo prega pacto entre índios e fazendeiros

SÍTIO PORTAL ORM, 05.06.2013

Cento e dez homens da Força Nacional estão em Sidrolândia

Campo Grande - Após uma agenda de quase seis horas em Mato Grosso do Sul, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo deixou o recado de que pretende o esforço de todos os poderes para uma solução para a questão indígena. Conforme Cardozo, é necessária uma "pactuação" entre todas as partes envolvidas para que através do diálogo, seja possível encontrar uma saída adequada tanto para os índios quanto para os produtores rurais. A Justiça Federal havia decidido antes da chegada do Ministro da Justiça, que a reintegração de posse da Fazenda Buriti havia sido suspensa, atendendo uma solicitação da Advocacia Geral da União (AGU).

Logo que chegou à Base Aérea de Campo Grande, por volta das 8h40 (horário local), o ministro destacou que a solução não depende de "vontade política" nem poderá ser feita através de "varinha mágica". "O Estado brasileiro, o Ministério Público, o Poder Judiciário, os Poderes Executivos Federal e Estadual têm que pactuar uma saída para esse impasse".

O chefe da pasta da Segurança Pública nacional comentou que "muitas vezes nós temos dissintonia entre os membros do Ministério Público, magistrados e do governo. Nós temos que sentar e encontrar uma saída para isso, seja qual for".

"Temos que ouvir lideranças indígenas, temos que ouvir as lideranças dos produtores. Há pequenos produtores que também estão envolvidos em uma situações como essa e que também podem ser desalojados por conta da demarcação", ponderou.

Após falar com a imprensa na Base Aérea, o ministro seguiu de helicóptero para Sidrolândia na companhia do governador do Estado André Puccinelli, do superintendente da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, Paulo Marcon e do secretário estadual de justiça, Wantuir Jacini.

Por volta das 11h30 se reuniu com indígenas acampados ao lado do Jockey Clube de Campo Grande. Lá, recebeu documentos que reivindicam a celeridade na demarcação de terras e também reclamação contra o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere ao Poder Legislativo o poder de decisão sobre a demarcação de terras.

No começo da tarde, antes de voltar a Brasília, Cardozo conversou mais uma vez com a imprensa e reiterou o desejo do governo federal em encontrar uma solução pacífica para a questão "A primeira coisa que fica clara é que violência não é a forma de resolver nenhum tipo de conflito. Temos direitos dos dois lados, temos muitas vezes interesses legítimos dos dois lados que são colocados e não é na violência que eu vou garantir meu direito, que as coisas vão se resolver. Então, a primeira tarefa é fazer com que as pessoas percebam que não podem agir com violência".

Em seguida, o ministro destacou que "a partir daí haverá todo um esforço do Ministério da Justiça para que nós possamos estabelecer uma pactuação entre todas as partes envolvidas, inclusive entre Ministério Público e Poder Judiciário. A questão indígena é uma questão de Estado brasileiro, então nós temos que chamar os três poderes a dialogar e verificar como nós podemos resolver, pactuar uma solução de um problema que se arrasta há décadas".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 096 / 2013

Brasília, 06 de junho de 2013.

Apesar de afirmar que saiu de Mato Grosso do Sul "esperançoso" de ter passado a mensagem de "redução da violência", Cardozo sustentou que "evidentemente o problema ganha cada vez mais contornos explosivos à medida que ele não é resolvido". Cento e dez homens da Força Nacional estão em Sidrolândia e conforme o ministro, "ficarão aqui o tempo que for necessário até que o problema esteja devidamente equacionado". A Justiça Federal suspendeu o prazo de 48 horas para que os indígenas saíssem da Fazenda Buriti, em Sidrolândia.



Governo Dilma é cobrado novamente por não receber indígenas

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 05.06.2013

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) voltou a atacar, na terça-feira, 4, o governo federal, afirmando que trata de maneira desigual as partes envolvidas nos conflitos pela demarcação de terras indígenas no País. Em nota oficial, a instituição lembrou que, desde sua posse, em janeiro de 2011, a presidente Dilma Rousseff nunca recebeu uma delegação indígena para tratar de demarcações ou de outros assuntos do seu interesse. Por outro lado, segundo o Cimi, ela franqueia o seu gabinete a líderes ruralistas, que se defrontam com os índios no debate sobre a posse das terras.

“Somente no mês de maio, a presidenta reservou tempo em sua agenda para ao menos cinco encontros com representantes dos ruralistas, inimigos históricos dos povos indígenas”, diz a nota. O texto ainda lembra que a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), esteve com Dilma duas vezes no período em que as tensões aumentavam na zona rural do Mato Grosso do Sul e também no canteiro de obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no sul do Pará.

O distanciamento da presidente, segundo o Cimi, seria uma demonstração de que o governo federal “não entende e não está disposto a entender os povos indígenas brasileiros”.

A nota foi emitida um dia após a ministra Gleisi Hoffmann ter se reunido com o bispo Leonardo Ulrich Steiner, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instituição à qual o Cimi está subordinado. Indiretamente, o texto reforça um dos três pedidos que o representante do episcopado brasileiro havia feito à ministra no encontro do dia anterior.

Impressões

Em primeiro lugar, d. Leonardo pediu que o governo não interrompa as demarcações. A paralisação de processos no Paraná e no Rio Grande do Sul, apoiada pela própria Gleisi, seria equivocada, segundo a CNBB. Em segundo lugar, o bispo pediu que a presidente receba uma delegação indígena. E, por fim, enfatizou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) tem de ser fortalecida, e não ter seu papel reduzido.

O pedido da audiência foi claro e enfático. Em nenhum momento, porém, a ministra deu a entender que apoia a ideia. A impressão que Gleisi deixou na CNBB, segundo assessores da organização, é que sua ida até lá foi apenas uma tentativa de conter a onda de críticas do Cimi e de outras ONGs ao governo. Não foi uma boa impressão, segundo essas fontes.

O secretário-geral da CNBB já atuou na Prelazia de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, é bastante sensível ao tema e acha que o melhor caminho é o diálogo. Daí sua insistência para que a presidente receba os índios e ouça deles diretamente o que têm a dizer. (Estadão Conteúdo)



'A demarcação de terras indígenas é um processo longo', diz antropólogo

SÍTIO GLOBO NEWS, 05.06.2013

O advogado Werner Grau e o antropólogo Rinaldo Arruda discutem a questão indígena, avaliando o que está na origem dos confrontos atuais.

A questão indígena está novamente em pauta, depois que uma ação de reintegração de posse na fazenda Buriti, em Mato Grosso do Sul, terminou com a morte de um índio terena. A área é foco de disputa há anos e existem dezenas de casos parecidos no Brasil, sem solução à vista. Na tentativa de superar o impasse da definição das terras indígenas, o Governo Federal propõe incluir nas avaliações o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o INCRA e a Embrapa. Mas já enfrenta protestos dos que vêem na proposta uma forma de esvaziar a Funai.

A constituição de 1988 garante aos índios a posse das terras que tradicionalmente ocupam. As reservas representam 13% de todo o território nacional. Hoje, é a Funai quem avalia as reivindicações, mas os produtores rurais contestam os critérios usados. "Existe na legislação brasileira o direito originário dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Se é comprovado que uma terra é de uso tradicional, terras em que são mantidos vínculos ligados ao modo de vida, o índio estaria sendo usurpado", explica o antropólogo e professor da PUC-Rio, Rinaldo Arruda.

A constituição dá quatro condições para definir o que seria o uso tradicional, de acordo com Arruda. Seriam áreas habitadas permanentemente; áreas usadas para produção; áreas ambientalmente necessárias para manter determinadas condições de vida; e áreas que são imprescindíveis para o exercício dos costumes e tradições. "Os nossos ministros, assim como nossos juízes, têm uma formação que é de interpretação jurídica. No momento em que a lei, e não pode ser diferente, diz que para você conceituar o uso tradicional existem esses elementos, eu saio do jurídico. Então, essa discussão que sai do jurídico é que se torna, em certas situações, belicosas", explica o advogado Werner Grau, presidente do Conselho da TNC-Brasil.



Com medo de protesto indígena, porta do Incra é fechada
SÍTIO SULNEWS, 05.06.2013

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fechou as portas na manhã desta quarta-feira temendo algum protesto com a chegada em Campo Grande de 400 manifestantes ligados a movimentos sociais que reclamam da lentidão do Governo Federal em demarcar as terras indígenas e desapropriar áreas para a reforma agrária.

Apesar da marcha que saiu de Anhanduí estar ainda na região das Moreninhas, desde cedo não há expediente no órgão, que justificou a medida como precaução. O Instituto de Mato Grosso do Sul comunicou Brasília e teve autorização para suspensão do expediente hoje e caso a situação fique instável, também para amanhã, segundo informou o órgão.

Os 400 manifestantes que já estão em Campo Grande começaram a caminhada na segunda-feira, partindo do distrito de Anhanduí, a 50 quilômetros da Capital. Eles estão concentrados na entrada das Moreninhas. A jornada conta com manifestantes do Movimento Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), MCLRA (Movimento dos Camponeses de luta pela Reforma Agrária (MCLRA), além de quilombolas, movimento estudantil e indígena.

A coordenação dos manifestantes pediu audiência com o superintendente Celso Cestari. A reunião deve acontecer durante a tarde nas Moreninhas. De acordo com o Incra, Cestari vai apresentar o balanço do trabalho realizado em Mato Grosso do Sul desde outubro, quando ele assumiu a superintendência. Os dados incluem novos assentamentos e a meta de assentados e créditos ainda para este ano, os trabalhos de levantamento de fazendas que podem ser desapropriadas, processos que já estão em análise para desapropriação, além da situação interna dos assentamentos.

Hoje no Estado são 30 mil famílias assentadas em 178 áreas. A coordenação do movimento classificou a medida de fechar as portas como "pouco caso" e diz que a expectativa é chegar a mil manifestantes até a audiência.

FETEMS visita área de conflito indígena em Aquidauana

SÍTIO CNTE, 05.06.2013

Em apoio à luta pela demarcação, Roberto Botareli, visita a área de conflito da Fazenda Esperança



O presidente da FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul), Roberto Magno Botareli Cesar, esteve, acompanhado do presidente da CUT/MS (Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul), Genilson Duarte, na ocupação terena da Fazenda Esperança, no distrito de Taunay, em Aquidauana – distante a 143 km de Campo Grande, com o intuito de apoiar a luta pela demarcação de terra indígena e debater com os indígenas questões relacionadas a educação.

De acordo com o presidente da FETEMS o clima no local é pacífico, existem muitas mulheres e crianças, por isso do debate em relação à educação. "Já fazem mais de 12 anos que acompanho de perto a luta dos companheiros indígenas de MS, principalmente da minha região, em Aquidauana, por isso não poderia deixar de estar presente nesse momento, prestando minha solidariedade e apoio como presidente da FETEMS. Além disso, fui convidado para um debate em relação à educação para solucionarmos o problema das crianças que estão sem aula, pois após a ocupação as escolas fecharam", ressaltou.

Roberto explicou que os indígenas reivindicam mais espaço para os professores terenos nas escolas das sete aldeias da região. "Apoio a luta dos professores indígenas que reivindicam aulas nas escolas das aldeias, pois concordo que para se manter a tradição, a língua e toda a cultura é necessário que isso passe de geração em geração e a escola é um importante instrumento, por isso os companheiros podem contar comigo nessa luta", afirma.

CONT.



O presidente disse ainda que a FETEMS sempre apoiará a luta dos povos da terra. "Como maior entidade sindical do Estado é nosso dever lutar por uma sociedade mais justa e igualitária e essa batalha passa diretamente por questões como a demarcação de terra e a reforma agrária, portando estamos juntos nessa caminhada", disse.

Para o professor e doutor indígena, Wanderley Dias Cardoso, de 40 anos, liderança muito respeitada na comunidade pela sua história de luta e muito estudo nas causas indígenas, a intenção dos terenas é fazer a reocupação, lutar pelos seus direitos e contar com o apoio de entidades como a FETEMS é muito importante nesse momento. "Desde 2004 existe uma portaria que identifica a área como indígena e a única coisa que os indígenas querem, sem violência, é reconquistar aquilo que é seu por direito e poder voltar a habitar as suas terras, a plantar e colher o seu alimento. Sem dúvidas o apoio é a solidariedade de entidades como a FETEMS neste momento, com o sua força e representatividade, é extremamente importante", afirma.

De acordo com a professora indígena Dalila Luiz, para sanar o problema da educação os terenas acampados na fazenda Esperança resolveram que as crianças da comunidade terão aulas no local. "Não queremos que as nossas crianças saiam prejudicadas, por isso nós professores terenas, nos unimos em um grande debate sobre a educação indígena e resolvemos dar aulas para as crianças aqui no acampamento", explicou.

Segundo o presidente da CUT/MS, Genilson Duarte, os movimentos sociais cutistas de MS estão unidos em prol da luta pela demarcação de terra indígena. "Neste momento crítico queremos prestar solidariedade aos nossos irmãos indígenas e tentar aliviar de alguma maneira os problemas que eles estão passando, por isso estamos fazendo uma grande campanha na CUT para arrecadação de alimento, material de higiene e lona para doarmos nos acampamentos pelo estado. Estamos unidos para cobrar do poder público uma ação efetiva em relação a demarcação", conclui.

Agência da ONU divulga nota em solidariedade a indígenas após morte de Terena e pede punição

SÍTIO NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 05.06.2013



Agência da ONU pediu que autoridades reafirmem comprometimento com o fim da violência contra os indígenas no Brasil. Foto: Marcello Casal Jr./ABr

A ONU Mulheres, agência líder da ONU no tema da igualdade de gênero, divulgou nesta terça-feira (4) uma nota pública afirmando “profundo pesar” após a morte do índio terena Osiel Gabriel, de 35 anos, durante uma ação policial de desocupação da Fazenda Buriti, no Mato Grosso do Sul, na última quinta-feira (30).

De acordo com as informações divulgadas pela Agência Brasil, além de Gabriel, mais três índios com ferimentos leves e um policial ficaram feridos durante o confronto e foram atendidos no Hospital Beneficente Elmíria Silvério Barbosa.

“A ONU Mulheres se solidariza com o povo indígena e lamenta a morte de um indivíduo na luta por acesso à terra”, destacou a organização, que lembrou ainda que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, prometeu “rigor” na apuração do ocorrido.

“A ONU Mulheres deposita sua confiança no sistema democrático de justiça no Brasil. Esperamos que as autoridades brasileiras descubram, julguem e condenem os responsáveis por este crime brutal, com as penas previstas na lei, reafirmando o seu comprometimento com o fim da violência contra os indígenas no país e pelo direito que eles usufruam das terras que lhes pertencem”, concluiu a nota.